

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 51

O Sistema de Contas Nacionais

evolução, principais conceitos e sua implantação no
Brasil

João Hallak Neto

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

ISSN 1518-675X **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN - 978-85-240-4314-7

© IBGE. 2014

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2012.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Hallak Neto, João

O sistema de contas nacionais : evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil / João Hallak Neto. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2014.

p. 32 - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675X ; n. 51)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-240-4314-7

1. Contas nacionais - Brasil. 2. Contas nacionais - Organização. I. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2014-05

CDU 330.53(81)
ECO

Sumário

Introdução	8
A evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN)	9
Antecedentes: da origem da mensuração da renda nacional até o SCN	9
De 1947 a 2008: as versões do manual do SCN	12
A estrutura do moderno SCN	15
A lógica do SCN – o circuito econômico	15
O Produto Interno Bruto	18
As Contas Econômicas Integradas e as Tabelas de Recursos e Usos	20
A evolução do SCN do Brasil	24
A série atual do SCN – referência 2000 (série 2000)	28
Considerações finais	32
Referências bibliográficas	32

Apresentação

O presente trabalho tem como objetivo descrever como se deu a evolução do SCN, desde sua origem até a consolidação e disseminação de sua metodologia. Para tanto são apresentadas como foram fundamentadas as bases do Sistema de Contas Nacionais, a incorporação dos principais conteúdos – em grande parte mantidos até hoje – e os aprimoramentos que levaram o sistema à sua formação teórica atualmente recomendada por um conjunto de organismos internacionais liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada por um grande número de países. A estrutura, os principais conceitos e ferramentas do sistema, bem como o histórico de sua implantação e evolução no Brasil, que tem origem em meados do século passado, também são apresentados neste texto.

Roberto Luis Olinto Ramos
Coordenação de Contas Nacionais

Introdução¹

O objetivo do Sistema de Contas Nacionais (SCN) é apresentar detalhadamente as atividades econômicas que se desenvolvem em uma economia e as relações entre os distintos agentes que interagem nos mercados, proporcionando assim um conhecimento preciso e detalhado de forma a atender diversas necessidades. Tal sistema consiste em um conjunto coerente e integrado de contas econômicas, saldos e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e normas contábeis internacionalmente convencionadas. Dentre os usuários do SCN estão formuladores de políticas macroeconômicas, analistas e pesquisadores da área, gestores dos setores público e privado, meios de comunicação e o público em geral.

Por intermédio dos resultados do SCN, os interessados podem estudar mais adequadamente as repercussões das políticas públicas nos diferentes setores econômicos, bem como elaborar com mais precisão os modelos que buscam prever o comportamento futuro da economia, crucial para o planejamento nas mais diversas áreas. A mensuração do grau de desenvolvimento econômico e da taxa de crescimento da economia são informações fundamentais derivadas do sistema, assim como a evolução do consumo, dos investimentos, da poupança, do endividamento e do patrimônio dos agentes. Por sua natureza o SCN promove também a integração das estatísticas econômicas e conexas em um sistema que tem por base conceitos e métodos econômicos e estatísticos homogêneos, de tal forma que facilita a realização de análises comparativas e históricas tanto no plano nacional quanto internacional.

O objetivo do presente trabalho é descrever como se deu a evolução do SCN, desde sua origem até a consolidação e disseminação de sua metodologia. Para tanto serão descritas como foram fundamentadas as bases do SCN, a incorporação dos principais conteúdos e aprimoramentos no sistema até a formação da estrutura teórica atualmente recomendada por um conjunto de organismos internacionais liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotada por um grande número de países. Os principais conceitos e ferramentas do sistema, bem como o histórico de sua implantação e evolução no Brasil, que tem origem em meados do século passado, também são apresentados neste texto.

O trabalho está dividido em quatro seções além desta introdução. A primeira seção apresenta um breve histórico da evolução do SCN desde seu “nascimento”, passando pelas principais contribuições de distintos autores, até as últimas recomendações compiladas no mais recente manual da ONU. Os principais conceitos, definições e operações do sistema, bem como sua estrutura de apresentação são tratados na segunda seção. A terceira seção descreve como se deu a implantação e a evolução do SCN no Brasil até os dias atuais. Por fim são tecidas as considerações finais.

¹ Texto originado a partir do Capítulo 1 da Tese de Doutorado do autor (Hallak Neto, 2013).

A evolução do Sistema de Contas Nacionais (SCN)

Pode-se dizer que desde o século XVII, diversos autores contribuíram de alguma forma para a mensuração da renda nacional e, posteriormente, para a concepção e estruturação do SCN. Alguns deles propuseram modelos econômicos e metodologias de cálculo com base em dados estatísticos que serviram para a fundamentação do SCN. Neste rol estão, por exemplo, William Petty (1623-1687), François Quesnay (1694-1774) e John Maynard Keynes (1883-1946). Este é considerado por muitos o “pai” da moderna contabilidade nacional ao elaborar, em 1939, um quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos. Tal contribuição, somada às outras de seus seguidores, forneceram as bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947. Desta data em diante, quatro outras versões do manual foram publicadas refletindo os avanços na pesquisa e nos sistemas estatísticos, e também, essencialmente, as alterações da economia e da sociedade ao longo dos anos.

Para um trabalho exaustivo sobre o tema – que foge ao objetivo desta resenha – duas obras de fôlego merecem ser consultadas: *“The Income of Nations”*, de Paul Studenski e *“Une Histoire de la Comptabilité Nationale”*, de André Vanoli. O primeiro trabalho, publicado em 1958, discorre sobre a origem da mensuração da renda nacional observando mais de 350 anos de história até culminar com a análise e a comparação estrutural dos sistemas implantados em alguns países na década de 1950. Já o livro de Vanoli, de 2002, “complementa” a primeira obra concentrando-se no período pós II Guerra Mundial, focando especialmente nas distintas versões dos manuais de contas nacionais.

Antecedentes: da origem da mensuração da renda nacional até o SCN

Desde a apresentação do método contábil de partidas dobradas, em 1494, pelo matemático Luca Pacioli (1455-1510), diversos foram os autores que contribuíram para a concepção do SCN. Entretanto, alguns deles realizaram contribuições determinantes no sentido de construir suas próprias estatísticas e novos modelos explicativos que fundamentaram a formação do SCN. Dentre eles destacam-se os supracitados Petty, Quesnay e Keynes.

William Petty, com o ensaio *“Political Arithmetical”* (1690), buscou realizar as primeiras estimativas da riqueza nacional na Inglaterra. François Quesnay, com a obra *“Tableau Économique”* (1758), apresentou as relações entre as classes sociais com a análise da origem e da apropriação do produto líquido. John Maynard Keynes, em a *“Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”* (1936) e *“How to pay for the war”* (1940), estabeleceu, respectivamente, as bases teóricas da macroeconomia moderna e das contas nacionais.

Pode-se atribuir a Petty o pioneirismo da realização de experiências de cálculo da renda nacional, o que ocorreu durante os anos 60 do século XVII, na Grã Bretanha. Por intermédio do uso de informações estatísticas, o pesquisador procurou subsidiar os administradores do Reino Unido com informações atualizadas para as decisões de política econômica. Dentre elas, a preocupação em relação ao potencial de arrecadação de tributos pelo Estado que poderia estar sendo subestimado por causa da precariedade das informações sobre os rendimentos dos

agentes. De acordo com Studenski (1958, p. 13), Petty pode ser considerado o primeiro a sugerir a estimação da renda nacional a partir do confronto entre renda e despesa.

O “*Tableau Economique*” de Quesnay propôs como objetivo central demonstrar que a terra era a principal fonte geradora de valor em uma economia, afirmando a teoria fisiocrata em meados do século XIX. O instrumental utilizado para esta finalidade apresentou duas novidades que revolucionaram a maneira de estudar o funcionamento do sistema econômico: a noção de fluxo circular da renda e o quadro econômico – também chamado de tabela de insumo-produto – introduzidos por meio de um modelo fictício simplificado. As contribuições apresentadas por Quesnay foram posteriormente utilizadas por autores como Karl Marx (1818-1883), Leon Walras (1834-1910) e Wassily Leontief (1906-1999). O primeiro para a explicação do esquema de reprodução da economia capitalista, o segundo para as análises de equilíbrio geral dos mercados e da inter-relação entre os agentes e o terceiro para a análise estrutural das diversas atividades produtivas da economia americana. Tanto o fluxo circular de renda quanto as tabelas de insumo-produto permanecem até hoje sendo largamente utilizadas nos estudos de macroeconomia e nas contas nacionais.

Embora incipientes, as contribuições para a macroeconomia e para as contas nacionais são relativamente ofuscadas durante o período que vai do último quarto do século XIX até a Grande Depressão de 1929. Neste ínterim, observa-se a preponderância do pensamento econômico da escola neoclássica, em que o objeto de estudo concentra-se nas relações microeconômicas e nas análises de equilíbrio dos mercados. Dessa forma, questões relacionadas à macroeconomia, em geral, e à avaliação da renda nacional, em particular, apareceram de forma modesta e ocasional o cenário internacional.

A transformação na maneira de se estudar os fenômenos econômicos, em favor da macroeconomia, ocorre ao longo dos anos 1930 e 1940, “período conturbado quando a Grande Depressão e a II Guerra Mundial tornaram obsoletos alguns dos conhecimentos teóricos e instrumentos de política econômica até então vigentes” (Nunes, 1998, p. 25). As duas obras de Keynes, de 1936 e 1940, tiveram papel preponderante nesta nova abordagem, de forma que a disseminação de suas ideias, além de proporcionar uma revolução no pensamento econômico, contrapondo-se ao pensamento neoclássico, também, contribuiria para o nascimento das contas nacionais modernas (Nunes, 1998, p. 33).

O fato de Keynes estar inserido no ambiente acadêmico ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas com a produção e com o uso de estatísticas econômicas, em sua carreira na administração pública da Inglaterra, foi determinante para a precisão e para o sucesso de suas ideias revolucionárias. Segundo Nunes (1998, p. 33), pode-se afirmar que a convergência de sua pesquisa teórica com sua experiência aplicada culminou com a montagem de um sistema de contas nacionais para ser utilizado como instrumento de política econômica.

Se na Teoria Geral o autor demonstrou como as soluções apresentadas pela escola neoclássica não seriam eficazes para superar a Grande Depressão dos anos 1930, trazendo à baila a relevância do estudo das relações macroeconômicas, foi em *How to Pay for the War* que ele desenvolveu um modelo de contas nacionais, com a elaboração de quadros contábeis para apresentar a interligação entre os agregados econômicos. Para Kaldor (1941, p. 181), a grande inovação metodológica estava, justamente, em analisar as finanças públicas de forma integrada

às contas nacionais para uma melhor definição do planejamento econômico das ações do governo britânico, sobretudo, durante a II Guerra Mundial, mas também nos tempos de paz.

Embora outras tentativas de mensuração da renda agregada tenham sido feitas anteriormente por diferentes autores, foi Keynes quem primeiro propôs “a construção de um sistema contábil, baseado no método de partidas dobradas, para se chegar a uma medida da renda nacional e de sua distribuição por setores institucionais a cada período.” (Feijó e Ramos, 2008, p. 3). Paulani e Braga (2006) acrescentam que a teoria keynesiana outorgou aos economistas “a capacidade de verificar o comportamento e a evolução da economia de um país numa dimensão sistêmica”, não só medindo produção, renda e consumo, “mas fazendo isso de modo a perceber exatamente a relação entre estes agregados e a lógica do sistema econômico como um todo” (Paulani e Braga, 2006, p. 6).

Durante estes passos fundamentais para a origem do SCN, seguiram outras contribuições relevantes que ajudaram a formar a estrutura do sistema da maneira como foi adotado pela ONU e, posteriormente, difundido nos diversos países.

O economista Ragnar Frisch (1885-1973), em seus estudos que remontam a década de 1920, atentou para o rigor conceitual na questão da valoração dos agregados do sistema, concedendo especial atenção à distinção entre custo de fator, preço básico e preço de mercado. Contribuiu também para o moderno sistema de contas com a separação entre os fluxos monetários e reais, que refletiram no esquema de contas não-financeiras e contas financeiras do SCN (Nunes, 1998, pp. 61-62). Ainda em relação ao rigor na definição das variáveis, outro economista que contribuiu de maneira determinante para o aperfeiçoamento do sistema foi Simon Kuznets (1901-1985). Dentre suas contribuições estão a diferenciação de conceitos como o produto nacional bruto (PNB) e produto interno bruto (PIB); a definição mais precisa em relação ao uso de bens como consumo intermediário ou formação bruta de capital; e também, a metodologia de cálculo para o valor da produção do governo por meio da soma de seus custos, incluindo nestes os serviços fornecidos gratuitamente à coletividade.

A pesquisa elaborada por Leontief trouxe para o âmbito das contas nacionais a incorporação das matrizes de insumo-produto, que permitiram a desagregação por atividade econômica das contas de produção e de geração da renda. Este modelo se constituiu em um conjunto de informações organizadas de maneira a subsidiar as análises focadas no processo produtivo, em que se destacam as relações técnico-econômicas e a interdependência dos ramos de atividade. Dentre os alicerces para as matrizes de insumo-produto – ou matrizes de Leontief, como ficaram conhecidas, estão os modelos de Quesnay e de Walras (Leontief, 1986, p. XIII e p. XVI).

Embora o modelo de insumo-produto tenha se consolidado como uma das ferramentas fundamentais do SCN atual, sua incorporação às recomendações da ONU não foi imediata. Na primeira versão priorizou-se a abordagem por setores institucionais, desenvolvida por Keynes. A integração com o modelo de Leontief, orientado para o estudo da interdependência entre os setores produtivos, veio a se concretizar a partir da segunda versão do manual, em 1968.

Finalmente, cabe destacar as contribuições de dois economistas seguidores do pensamento *keynesiano*, James Meade (1907-1995) e Richard Stone (1913-1991), com a elaboração conjunta do trabalho “*An analysis of the sources of war finance and estimate of the national income and expenditure in 1938 and 1940*”, publicado em 1941. Sob a coordenação de

Keynes, estes autores adotaram o método de partidas dobradas nas estimativas de contas nacionais e de finanças públicas para a proposta do orçamento inglês de 1941. Este estudo apresentou as primeiras tabelas integradas de contas nacionais.

O objetivo do trabalho dos autores foi mostrar que um sistema de contas, ao considerar a origem, a apropriação e o uso da renda nacional, possibilitava: i) a compatibilização de informações estatísticas de diferentes fontes; ii) a construção da identidade contábil entre renda, produto e despesa; e iii), a comparação internacional das estimativas sobre a renda nacional (Nunes, 1998, p. 77). Por conta destas propriedades, os estudos desenvolvidos por Meade e Stone serviram de base para realização do primeiro manual internacional a respeito do tema, o SNA-53, organizado pelas Nações Unidas.

De 1947 a 2008: as versões do manual do SCN

O relatório *“Definition and measurement of the national income and related totals”*, publicado em 1947, sob a coordenação de Richard Stone é considerado um esboço do primeiro manual de contas nacionais. A partir deste estudo, a divisão de estatísticas da ONU passou a enfatizar a necessidade de padrões estatísticos internacionais para a compilação e atualização de dados econômicos, com a recomendação de que fossem comparáveis e de que servissem para apoiar a crescente demanda de políticas públicas que se apresentavam naquele momento.²

Após a publicação deste primeiro relatório tornaram-se maiores as cobranças, aos países membros da ONU, para o aprimoramento em relação à mensuração dos agregados econômicos. A organização das informações econômicas sob a forma de um sistema de contas nacionais foi assim se consolidando como um projeto prioritário no âmbito dos organismos internacionais, que passaram a buscar a uniformização dos conceitos e a padronização das estruturas de apresentação das informações econômicas.

As discussões geradas sobre como mensurar a renda e a economia, e, mais do que isso, sobre como definir estes conceitos – que envolvem questões não só técnicas, mas também convicções ideológicas – proporcionaram uma série de debates e de estudos realizados por especialistas da área acadêmica e do setor público. A resultante destas discussões deu origem ao informe *“A system of national accounts and supporting tables”*, em 1953. Tal publicação, que ficou conhecida como SNA-53, foi apoiada pela Secretaria Geral das Nações Unidas, constituindo-se assim no primeiro manual amplamente adotado para a elaboração de um SCN (IBGE, 2008, p. 11).

Nesta primeira versão das recomendações internacionais para a elaboração do SCN foi apresentado um conjunto de seis contas consolidadas para a nação que especificavam informações, exclusivamente a preços correntes, relacionadas à produção doméstica, à apropriação da renda nacional, à conta de capital, às famílias e as instituições sem fins lucrativos, à conta das administrações públicas e às operações com o resto do mundo. Além deste núcleo central, também foram definidos doze quadros padronizados para o detalhamento dos fluxos econômicos, que incluíam a origem da renda nacional pelos agentes econômicos (empresas privadas, empresas públicas, famílias e governo).³

² UN (2012).

³ UN (1953, p.v; p.22).

A metodologia apresentada no manual – seus conceitos, classificações e contas – foi planejada para aplicação na maioria dos países, inclusive nos países em desenvolvimento, o que contribuiu para a difusão do manual. Nos anos seguintes, duas edições ligeiramente modificadas do SNA-53 foram publicadas. A primeira revisão em 1960 refletiu comentários sobre a experiência dos países na implantação do SNA-53 e a segunda revisão, em 1964, trouxe uma maior coerência com a metodologia do Balanço de Pagamentos, do Fundo Monetário Internacional (UN, 2012).

A partir deste ano, um novo grupo de especialistas ligados à ONU iniciou a elaboração da terceira revisão e da ampliação do documento, com o objetivo principal de “evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos” (IBGE, 2008, p. 11-12). O resultado destes esforços produziu uma versão atualizada do manual de contas nacionais, publicada em 1968, o SNA-68.

O SNA-68 representou um grande avanço em termos de sofisticação e complexidade, ao incluir as tabelas de insumo-produto, a análise tridimensional dos fluxos financeiros e as contas de patrimônio, além de incorporar as estimativas a preços constantes (UN, 1968, p. iii). Inovações como a abertura da conta de produção em recursos (produção e importação) e usos (consumo intermediário e demanda final) contribuíram para a extensão do âmbito das contas nacionais, possibilitando o estabelecimento das TRU e a conciliação com a matriz de Leontief, fundamentais para o estudo das relações intersetoriais da economia.

Outra propriedade do novo sistema foi a interligação entre setores institucionais e atividades econômicas, por meio das contas de produção e de geração da renda, que significou um primeiro passo para a avaliação do nível de consistência das estatísticas econômicas disponíveis. Por conta dessa interligação e também da unidade de conceitos e procedimentos aplicados em todas as contas dos agentes econômicos, o sistema apresentado nesta versão caracterizou-se como sendo “consistente e integrado” (IBGE, 2008, p. 12). Cabe registrar, também, que nesta versão foi realizada uma aproximação conceitual ao Sistema de Contabilidade do Produto Material – *Material Product System* (MPS), utilizado na época em países de economia centralmente planejada.⁴

A fim de sustentar um processo contínuo de revisões periódicas das metodologias relacionadas às estatísticas econômicas foi estabelecido pela ONU, em 1982, o *Intersecretariat Working Group on National Accounts* (ISWGNA), que teve como objetivo específico elaborar um novo e moderno manual para as contas nacionais. Constituído por representantes desta instituição e por especialistas de distintos países, além de outras quatro organizações internacionais⁵, este grupo trabalhou de forma coordenada na preparação da nova versão do manual, o “*System of national accounts 1993*” (SNA-93).

A versão publicada em 1993 manteve basicamente o mesmo arcabouço teórico da anterior, adicionando soluções para a representação adequada dos desafios surgidos com a evolução das sociedades e com os problemas econômicos que apareceram neste intervalo temporal, como por exemplo, o fenômeno inflacionário após os choques do petróleo de 1973 e

⁴ Ver UN (2012). Para estes países somente o conceito de trabalho associado à produção de bens agrícolas e industriais deveria ser considerado produtivo, reduzindo assim o escopo da produção de seus sistemas de contas. Com a desintegração do bloco soviético, a reunificação da Alemanha e a transição de vários países socialistas para a economia de mercado, a metodologia do MPS foi praticamente abandonada, ficando o SCN tal como recomendado pela ONU sendo utilizado na maioria destes países (Nunes, 1998, pp. 109-110).

⁵ Comissão das Comunidades Europeias (Eurostat), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) e Banco Mundial.

1979. Esclarecimentos conceituais e metodológicos percebidos como necessários após o uso disseminado do SNA-68 pelos países que o aplicaram também foram introduzidos (UN, 1993, p. 648)⁶.

O SNA-93 representou um grande avanço na integração das estatísticas econômicas com a harmonização de seu conteúdo com o de outras normas internacionais de forma ainda mais intensa do que na versão anterior. Também foi objetivo do novo manual a atualização de conceitos para o acompanhamento da evolução da economia, resultantes de inovações tecnológicas na área das informações, da complexidade e da sofisticação dos mercados financeiros e da mudança de papel do governo, sobretudo nos países em transição para uma economia de mercado (IBGE, 2008, p. 12).

De maneira geral, a estrutura do sistema tornou-se mais detalhada, com um número maior de contas e de subgrupos para os setores institucionais. Dentre as alterações, destacam-se a criação das Contas Econômicas Integradas (CEI) e a incorporação definitiva da matriz de insumo-produto e das TRU ao sistema. As CEI representaram uma maior integração entre as contas de produção, apropriação e uso da renda, capital, financeira e de patrimônio, ampliando o quadro central do sistema. As TRU passaram a fornecer elementos para as identidades contábeis entre oferta e demanda, assegurando a coerência dos dados estatísticos utilizados.

Por conta das novas demandas, o SNA-93 reservou capítulos específicos para contas satélites (criadas para expandir a capacidade analítica do sistema sobre áreas específicas, como saúde, educação, turismo, etc.); para o ajuste do modelo às circunstâncias locais de cada país; e para a inclusão de matrizes de emprego, que reforçou a qualidade das estatísticas obtidas pela ótica da renda.

Atualmente, as discussões baseadas nos avanços teóricos e nas experiências práticas dos países que utilizam a metodologia do SNA permanecem ativas no âmbito do ISWGNA, tendo sido preponderantes para sua mais recente revisão. A publicação do “*System of national accounts 2008*” (SNA-2008) foi disponibilizada à comunidade em dois volumes, sendo o primeiro em 2008 e o segundo no ano seguinte. Esta nova revisão consiste em uma atualização que, além de abordar as questões trazidas pelas mudanças constantes no ambiente socioeconômico, apresenta os esclarecimentos demandados pelos países que aplicaram o SNA-93.

As modificações sugeridas pelo SNA-2008, embora pontuais, estão relacionadas a diversos temas, como uma visão geral mais abrangente do setor financeiro; questões referentes à globalização e ao fluxo de pessoas e produtos; e, também, de alguns pontos que foram esclarecidos e refinados em relação à atividade do governo e das administrações públicas. O manual apresenta também uma nova categorização para os ativos fixos, em que destaca a inclusão dos produtos de propriedade intelectual – que passam a compor assim os investimentos das economias. Além destas questões, pela primeira vez, uma versão do manual dedica um capítulo ao tema da atividade produtiva em bases informais, realizada pelas famílias, e à atividade que escapa à medição estatística convencional, denominada ENO⁷. Cabe observar, entretanto, que a estrutura do sistema não é modificada, permanecendo baseada nas CEI e nas TRU conforme a proposta do SNA-93.

⁶ O anexo I do SNA-93 (UN, 1993, pp. 648-669) apresenta todas as modificações introduzidas com a nova versão em relação à de 1968.

⁷ Capítulo 25: *Informal aspects of the economy*, UN (2009).

A estrutura do moderno SCN

Esta seção apresenta de maneira resumida a metodologia do SCN divulgada na mais recente revisão internacional com a publicação do SNA-2008. Os conceitos mais importantes para a compreensão da lógica do sistema e os principais pilares de apresentação dos dados contábeis, as Contas Econômicas Integradas (CEI) e as Tabelas de Recursos e Usos (TRU), são descritos a seguir. Estas duas representações são complementares na medida em que as TRU destacam a função de produção das atividades econômicas para a produção de bens e serviços e as CEI mostram a totalidade das contas do sistema, por setor institucional, desde a produção até os consequentes fluxos patrimoniais, passando pelas transações de distribuição e redistribuição das rendas, sistematizando assim os fluxos econômicos que ocorrem entre os agentes de um país, com residentes e não residentes, em um determinado período de tempo.

A referência ideal para o conhecimento da estrutura detalhada bem como da totalidade dos conceitos utilizados no SCN é o próprio SNA-2008. Para o caso específico das contas nacionais brasileiras a referência primordial é o relatório metodológico IBGE (2008), o qual esta seção também se apoia.

A lógica do SCN – o circuito econômico

A contabilidade nacional é um instrumento de mensuração da economia de um país formado por um conjunto integrado de equações e contas, fundamentados em conceitos, classificações e normas contábeis internacionalmente aceitas. Segundo o SNA-2008:

The System of National Accounts (SNA) is the internationally agreed standard set of recommendations on how to compile measures of economic activity in accordance with strict accounting conventions based on economic principles. The recommendations are expressed in terms of a set of concepts, definitions, classifications and accounting rules that comprise the internationally agreed standard for measuring such items as gross domestic product (GDP), the most frequently quoted indicator of economic performance. (SNA, 2008, para. 1.1)

A construção de um sistema de contas se realiza a partir de registros contábeis que são, em sua grande maioria, obtidos das diferentes fontes que formam o sistema estatístico dos países e mostram como os agentes econômicos se relacionaram em um determinado período. Esta representação inicia-se desde quando o produto e a renda são gerados, passando pelos mecanismos de distribuição e de apropriação da renda nacional, chegando posteriormente à identificação dos fluxos relativos ao uso da renda em consumo e poupança e às consequentes alterações patrimoniais da nação e dos variados agentes que atuam na economia.

De acordo com o relatório metodológico do IBGE:

As tarefas fundamentais das contas nacionais são *classificar* esta imensa variedade de agentes, os fluxos econômicos e os estoques de ativos e passivos num número limitado de categorias essenciais e *integrá-las* num esquema contábil de forma a obter uma representação completa e clara, ainda que simplificada, do funcionamento da economia. O esquema contábil das contas nacionais tem sua lógica centrada na ideia de reproduzir os fenômenos essenciais da vida econômica de um país: produção de bens e serviços; geração, alocação e

distribuição da renda; consumo e acumulação (IBGE, 2008, p. 17 – grifos originais).

A lógica contábil utilizada para organizar o SCN torna possível a representação da atividade econômica em um circuito. Em sua origem encontra-se a atividade produtiva, ou seja, a produção de bens e serviços, responsável pela geração da renda e que viabiliza as etapas de distribuição e de acumulação no decorrer do ciclo econômico.

O conceito amplo de produção envolve as atividades que utilizam fatores de produção para transformar os insumos em produtos destinados à venda, no caso da produção mercantil; ou destinados ao consumo próprio e à coletividade, casos da produção não mercantil. As unidades produtivas do sistema utilizam insumos e fatores contratados no mercado, podendo apresentar distintas características. Constituem-se a totalidade das empresas, as famílias produtoras, as administrações públicas e as instituições sem fins lucrativos.

Grande parte da produção é oferecida no mercado, sendo que alguns dos produtos encontram-se em uma etapa intermediária, ou seja, servem como insumos para serem usados na produção de outros bens e serviços. Neste caso tem-se o consumo intermediário como destino para estes bens e serviços. Outra possibilidade de destino para os produtos é o uso final, que poderá ser para consumo final, isto é para a satisfação direta das necessidades dos membros da sociedade, ou; para investimento, também denominado formação bruta de capital (FBC), cuja função é repor ou aumentar o capital produtivo de um país.⁸

Uma propriedade que torna o conceito de produção especialmente relevante para a contabilidade nacional é que ela se constitui na origem das rendas geradas neste circuito.⁹ A partir daí as rendas geradas são distribuídas pelos agentes produtores para remunerar aqueles que participam da atividade produtiva. Esta consiste na “distribuição primária”, ou seja, refere-se aos fluxos de rendas de que se apropriam os agentes econômicos devido a sua participação, mais ou menos direta, na atividade produtiva.

Após a distribuição primária, diversas transações entre os agentes ocasionam uma redistribuição das rendas, de maneira que o conteúdo à disposição de cada um deles é modificado. Como exemplos que efetivam esta redistribuição de renda, podem ser citados, os impostos correntes sobre renda e patrimônio auferidos pelo governo; as diversas redistribuições sociais (auxílio doença, aposentadorias, assistência social, etc.); e as indenizações de seguros contra danos. Como resultado destas transações de redistribuição os agentes econômicos contam com a renda disponível.

Prosseguindo o circuito, uma parte da renda disponível é dedicada à aquisição dos bens e serviços que são necessários para a satisfação imediata das necessidades individuais e coletivas, o consumo final. O saldo remanescente, denominado poupança, contribui para o aumento do patrimônio.

As operações que descrevem a origem (produção ou importação) e a utilização dos produtos (consumo intermediário, consumo final, formação de capital ou exportação) são denominadas pelo SCN de operações de bens e serviços. Analogamente, os fluxos associados à

⁸ A FBC contabiliza tanto a formação bruta de capital fixo (FBCF), que correspondem às máquinas e outros equipamentos produtivos, quanto à variação de estoque.

⁹ “O conceito de produção tem função central no sistema: toda renda é gerada tão somente na produção.” (IBGE, 2008, p. 32).

distribuição primária e à redistribuição da renda são designados pelo SCN como transações de distribuição.¹⁰

Uma terceira categoria do circuito econômico é composta pelos fluxos patrimoniais. Para compreender a lógica destes fluxos no circuito é necessário considerar que o resultado da atividade econômica de períodos anteriores estabelece um patrimônio, ou seja, os bens acumulados no passado que, em termos agregados, corresponde ao patrimônio nacional. Este patrimônio pertence a uma parte dos agentes econômicos, os proprietários, que possuem direitos de uso sobre o mesmo. A poupança, resultante dos fluxos de renda do período vigente, altera este patrimônio ao final do período.

Os agentes que investem quando sua poupança é insuficiente se endividam com aqueles que têm uma capacidade de financiamento, de maneira que, ao final do período corrente, há uma modificação no nível e na composição dos patrimônios. Esta alteração patrimonial ocorre devido aos novos investimentos realizados, que são representados pelas transações de capital; e também por conta da modificação de ativos e passivos entre os agentes, representada pelas transações financeiras.¹¹

Para concluir a exposição da lógica do circuito econômico, é necessário considerar as consequências dos fluxos econômicos – produção, renda e patrimônio, entre a economia nacional e o resto do mundo. Tais relações devem também estar representadas no circuito uma vez que contribuem para a variação da renda e do patrimônio nacionais e dos agentes econômicos, trazendo reflexos nas diferentes etapas da elaboração das contas nacionais.

Como exemplos têm-se os intercâmbios de bens e serviços, constituídos pelas importações e as exportações; os intercâmbios de rendas, que se efetuam com o resto do mundo tanto no nível de distribuição primária (juros e dividendos), como de distribuição secundária das rendas (remessas de residentes a não residentes); e também, os intercâmbios de capital e de títulos financeiros. Neste caso, a poupança nacional pode ser colocada à disposição do exterior, assim como a economia nacional pode beneficiar-se dos meios financeiros extraídos do resto do mundo. Tais fluxos possuem, no SCN, estreita relação com os registros de transações correntes e de capitais da metodologia descrita no Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI).¹²

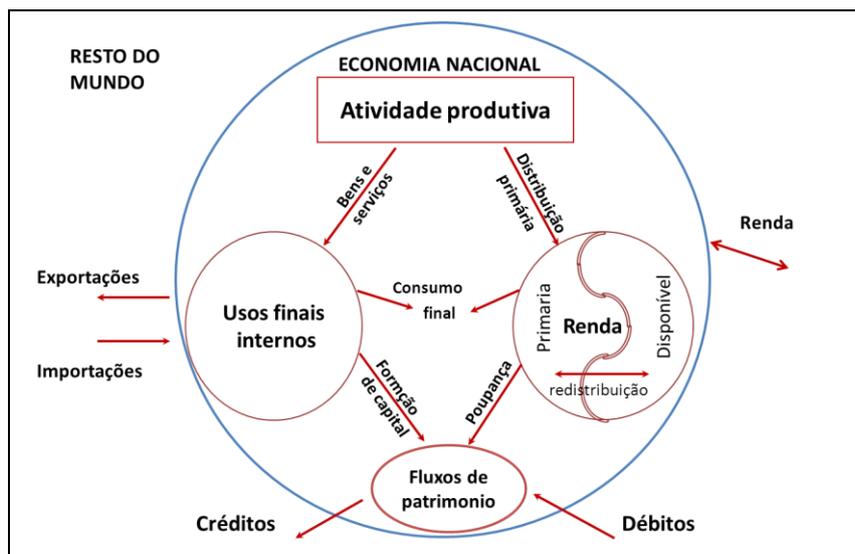
O Quadro 1.1, a seguir, representa o circuito econômico descrito acima em que se destacam as transações de bens e serviços, de renda e patrimoniais entre a economia nacional e o resto do mundo.

¹⁰ A descrição de todas as operações e saldos de bens e serviços e das operações de distribuição encontra-se em IBGE (2008, cap. 1).

¹¹ A descrição das operações e saldos das operações financeiras e os recentes resultados divulgados para a economia brasileira podem ser encontrados em IBGE (2011a).

¹² IMF (2001): *Balance of Payments Manual – BPM5*.

Quadro 1.1: O circuito econômico e as transações de produção, renda e patrimônio no SCN



Fonte: Elaboração própria a partir de INSEE (2004).

O Produto Interno Bruto

O produto interno é considerado o principal agregado do SCN, uma vez que se constitui no indicador representativo da magnitude da renda gerada pela atividade produtiva da economia, em um determinado período de tempo.¹³ Para a estimativa desta e de outras importantes variáveis do SCN são utilizadas duas formas de valoração – a preços correntes ou a preços constantes. No primeiro caso o indicador é medido a partir dos preços praticados no período de referência, enquanto que na valoração a preços constantes ele é calculado a partir dos preços determinados em um ano fixo, o ano base. Neste caso a comparação visa obter a variação em volume do indicador, isolando-o das variações de preços da economia.¹⁴

Outra questão relevante em relação à mensuração do produto interno e dos demais saldos do SCN diz respeito à consideração ou não do consumo de capital fixo durante a atividade produtiva. A recomendação internacional sugere preferencialmente que este gasto, que equivale à depreciação das máquinas e equipamentos utilizados na produção, seja levado em conta de forma que os saldos resultantes das transações econômicas sejam obtidos em termos líquidos. Entretanto, devido às dificuldades de se estimar a depreciação, a maioria dos países, entre eles o Brasil, apresenta os valores em termos brutos. Segundo *Eurostat* (2010, p.58):

... net aggregates can be obtained by deducting consumption of fixed capital from gross aggregates. Consumption of fixed capital is not a value created in the production process; it is a production cost. Therefore, values added, domestic product and income measures should be preferably measured net. However, it is very difficult to measure consumption of fixed capital properly and many countries do not measure it at all. Gross aggregates are more often available and more widely used (Eurostat, 2010, p.58).

¹³ *Eurostat* (2010, p. 57).

¹⁴ Alguns livros-texto de economia utilizam os termos *nominal* e *real* para designar, respectivamente, as valorações a preços correntes e constantes.

O circuito econômico permite que o PIB seja calculado por meio de três óticas: produção, despesa e renda. A ótica da produção é obtida pelo valor dos bens e serviços criados na economia, segundo a contribuição de cada atividade econômica no processo produtivo, o valor adicionado. A ótica da despesa (ou da demanda) é medida pelo valor dos usos finais, que se dividem em consumo final, formação de capital e exportações, descontadas as importações. A ótica da renda é obtida pelo valor do pagamento pelo uso dos fatores produtivos, que se distribui entre remuneração, excedente operacional e rendimento misto. As remunerações (salário e contribuições sociais) referem-se ao fator trabalho. O excedente operacional (lucros, juros ou aluguel) corresponde à remuneração do capital; e o rendimento misto cabe às unidades produtoras que não podem distinguir o fator trabalho do fator capital, caso das famílias produtoras.

Como os bens e serviços são valorados de maneira distinta nas diferentes etapas do processo produtivo, quando passa do produtor (preço básico) ao consumidor (preço de mercado), a inclusão ou não dos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação difere de acordo com a ótica de mensuração do PIB. Como estes impostos encontram-se implícitos nos preços dos bens e serviços demandados pelo consumidor final, no caso da mensuração pela ótica da despesa, o PIB a preços de mercado torna-se diretamente observado nesta ótica. Já, pela ótica da produção, apenas parte destes impostos deve ser adicionada, os impostos sobre produtos. Já pela ótica da renda a totalidade dos impostos sobre a produção deve ser incluída. O Quadro 1.2, a seguir, apresenta a equação descritiva das três óticas para a obtenção do PIB a preços de mercado e a consequente identidade contábil das contas nacionais.

Quadro 1.2: O PIB como identidade contábil das Contas Nacionais

Ótica	Equação descritiva
<u>Produção</u> (valor de bens e serviços criados na economia)	PIB = Valor adicionado das atividades econômicas (+) impostos líquidos sobre os produtos nacionais e importados
<u>Despesa</u> (valor total dos usos finais)	PIB = Valor da demanda final (-) importações de bens e serviços produtivos
<u>Renda</u> (valor total da renda gerada pela produção)	PIB = Valor das rendas primárias geradas: remuneração, excedente operacional, rendimento misto (+) impostos líquidos sobre a produção

Fonte: Elaboração própria a partir de UN (2009).

Ademais de se constituir um indicador síntese da renda gerada na economia, a possibilidade de se obter o resultado do PIB sob três perspectivas distintas do circuito econômico lhe confere particular importância para o sistema. Esta propriedade configura-se um importante mecanismo que permite avaliar a qualidade dos dados obtidos das variadas fontes de informação que alimentam o sistema de contas, servindo para corrigir eventuais distorções ocasionadas pelo uso de dados menos confiáveis ou ainda para a dedução de resultados que não são diretamente observados nos registros estatísticos.¹⁵

Vale ressaltar que não só o valor corrente quanto à variação em volume do PIB são informações de grande destaque do SCN, mas também outros importantes indicadores dele derivados. Neste rol encontram-se, por exemplo, a renda per capita, o peso das atividades

¹⁵ Um exemplo clássico é a obtenção do excedente operacional como saldo a partir do resultado do valor adicionado obtido pela ótica da produção.

econômicas na estrutura produtiva, a proporção de investimento e de poupança na economia, a proporção dos gastos públicos e privados e a carga tributária.

As Contas Econômicas Integradas e as Tabelas de Recursos e Usos

A estrutura de organização do SCN é formada pelo quadro CEI e pelas TRU. Estes dois conjuntos de dados sistematizam as transações econômicas efetuadas entre os agentes de um país, com residentes e não residentes, num período determinado de tempo. Neste esquema, três processos distintos são identificados: i) o processo de produção de bens e serviços e a consequente geração de renda; e, ii) o processo de apropriação, distribuição e uso da renda gerada e; iii) a posterior variação patrimonial. Enquanto que as TRU retratam as transações de bens e serviços pelas atividades econômicas, as CEI apresentam a totalidade das contas do sistema, enfatizando as transações de distribuição pelos setores institucionais.

As unidades que participam do primeiro processo – o de produção – são agrupadas em atividades econômicas de acordo com o que produzem suas unidades locais. Entende-se a unidade local como sendo uma empresa, ou parte dela, situada em um único lugar, e dentro da qual se exerce uma atividade de produção única ou predominante – a produção principal.¹⁶ O agrupamento de unidades locais com funções de produção semelhantes forma a atividade econômica, sendo este, para fins de apresentação, o enfoque da TRU. Neste processo o recorte analítico recai sobre a produção de bens e serviços e a remuneração dos fatores produtivos.

O segundo processo, que se inicia com a distribuição da renda, tem como foco a atuação das unidades institucionais – entidades autônomas, com capacidade de possuir ativos, de subscrever contratos e de realizar transações com outras entidades.¹⁷ A unidade institucional é, portanto, a unidade adequada para o estudo das rendas, dos fluxos financeiros e de criação patrimonial. O agrupamento de unidades institucionais semelhantes do ponto de vista de suas naturezas jurídicas, objetivos econômicos e formas de financiamento originam os setores institucionais. De modo geral, são ordenados cinco grupos de setores institucionais: as empresas não-financeiras, as empresas financeiras, a administração pública (ou governo), as instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFLSF) e as famílias. As unidades institucionais residentes de um país compõem o total da economia. Por outro lado, todas as unidades institucionais não residentes do país formam uma única conta no SCN denominada resto do mundo.¹⁸

- **As Contas Econômicas Integradas**

As CEI constituem-se no núcleo central do SCN, pois oferecem uma visão global do conjunto da economia em uma única tabela. Nela são apresentadas, de maneira articulada, as rendas geradas no processo produtivo; sua distribuição entre os agentes econômicos e sua utilização em consumo final; e o montante de poupança destinado à acumulação de ativos não financeiros (IBGE, 2008, p. 89). As CEI apresentam os resultados da economia nacional desagregados por setor institucional, mostrando também as relações da economia nacional com o resto do mundo. Segundo o SNA-2008:

¹⁶ Além destas características, a unidade local deve ser observável sob os seguintes aspectos: valor de produção, consumo intermediário e componentes do valor adicionado; estatísticas relativas ao número de assalariados; estimativas do estoque de capital e dos terrenos usados; e, estimativas da variação de estoques e da formação bruta de capital fixo (UN, 2009, par. 5.13 a 5.19).

¹⁷ UN (2008, par. 4.2).

¹⁸ A definição e a abrangência pormenorizadas de cada setor institucional, bem como as fontes de dados que são utilizadas no SCN brasileiro encontram-se em IBGE (2008, cap. 3).

The integrated economic accounts give a complete picture of the accounts of the total economy including balance sheets, in a way that permits the principal economic relations and the main aggregates to be shown. This table shows, simultaneously, the general accounting structure of the SNA and presents a set of data for the institutional sectors, the economy as a whole and the rest of the world. (SNA, 2008, par. 2.127)

Nas CEI, o registro das transações econômicas permite que sejam obtidos os principais agregados econômicos que constituem, em termos globais, os saldos de suas contas. São exemplos o produto interno, o saldo externo de bens e serviços, a renda nacional disponível, a poupança e o patrimônio nacionais.

A estrutura da CEI é disposta de maneira que os usos, lançamentos que reduzem o montante do valor econômico de um setor, sejam registrados do lado esquerdo e os recursos, lançamentos que aumentam o valor econômico de um setor, do lado direito da tabela. As rubricas, descritas no corpo central da tabela, correspondem às operações e aos saldos de cada conta. É por intermédio dos saldos, diferença entre recursos e usos, que ocorre a articulação das contas que formam as CEI.

O Quadro 1.3 a seguir apresenta a estrutura esquemática das CEI. A partir do corpo central, em que estão descritos os principais saldos de cada conta, aparecem nas colunas de ambos os lados os setores institucionais. Assim, cada linha da tabela representa os montantes a pagar (usos) e a receber (recursos) pelos setores institucionais e pelo resto do mundo. A soma dos setores institucionais encontra-se na coluna total da economia. A coluna de bens e serviços mostra as operações totais de bens e serviços para o conjunto da economia.

Quadro 1.3: Representação esquemática das Contas Econômicas Integradas

Contas	Bens e serviços (recursos)	Resto do mundo (recursos)	Total da Economia (usos)	Setores institucionais	Operações e saldos	Setores institucionais	Total da Economia (recursos)	Resto do mundo (usos)	Bens e serviços (usos)
I. Contas correntes					valor adicionado renda disponível poupança				
II. Contas de acumulação					cap./nec. liq. financ.				
III. Contas de patrimônio					patrimônio líquido				

Fonte: Elaboração própria a partir de Feijó e Ramos (2008, p. 64) e SNA-2008.

Conforme se pode observar no esquema acima, as CEI são formadas por três grupos de contas dispostas em suas linhas: as contas correntes (I); as contas de acumulação (II); e as contas de patrimônio (III). O Quadro 1.4, a seguir, descreve o conteúdo de cada um desses grupos, bem como os saldos resultantes para cada setor institucional e o resultado agregado dos mesmos. A descrição completa das operações e saldos e as fontes de dados para as CEI do Brasil podem ser consultadas em IBGE (2008, cap. 4).

Quadro 1.4: Contas, saldos e agregados econômicos do SCN

Conta	Saldo da conta	Agregado Econômico
I. Contas correntes		
I.1. Conta de produção	valor adicionado	produto interno
I.2. Contas de distribuição da renda		
I.2.1. distribuição primária da renda		
I.2.1.1. geração da renda	exced. operacional / rend. misto	
I.2.1.2. alocação da renda primária	saldo da renda primária	renda nacional
I.2.2. distribuição secundária da renda	renda disponível	renda nacional disponível
I.2.3. redistribuição da renda em espécie	saldo da renda primária	renda nacional disponível
I.3. Conta de uso da renda		
I.3.1. uso da renda	poupança	poupança nacional
I.3.2. uso da renda disponível	poupança	poupança nacional
II. Contas de acumulação		
II.1. Conta de capital	cap/nec. líq. de financ.	cap/nec. líq. de financ. nacional
II.2. Conta financeira	cap/nec. líq. de financ.	cap/nec. líq. de financ. nacional
II.3. Conta de outras variações nos ativos financ.	mudanças no PL resultantes de outras variações no volume dos ativos	
III. Contas de patrimônio		
III.1. Conta de patrimônio inicial	patrimônio líquido (PL)	riqueza nacional
III.2. Conta de variação de patrimônio	variações do patrimônio líquido	
III.3. Conta de patrimônio final	patrimônio líquido (PL)	riqueza nacional

Fonte: Elaboração própria a partir de SNA (2008), Eurostat (2010) e Feijó e Ramos (2008).

As contas correntes são formadas pela conta de produção (I.1) e pelas contas da renda. A primeira registra as operações de produção de bens e serviços e seu saldo é o valor adicionado (VA). As contas da renda registram a geração, a alocação, a redistribuição e o uso da renda, sendo, para isso, dividida em: distribuição primária da renda (I.2.1); distribuição secundária da renda (I.2.2); redistribuição da renda em espécie (I.2.3); e, uso da renda (I.3).

A conta de distribuição primária da renda (I.2.1), por sua vez, encontra-se dividida em duas outras subcontas: a conta de geração de renda (I.2.1.1) e a conta de alocação da renda primária (I.2.1.2). A origem da conta de distribuição primária da renda é a remuneração das unidades institucionais detentoras dos fatores empregados no processo de produção, além do pagamento de impostos sobre a produção. Essa conta registra o primeiro movimento de apropriação e distribuição de renda no processo produtivo. A fonte de recursos desta conta é o produto interno e os usos são a remuneração do trabalho e os tributos sobre a produção. O saldo, ou seja, a diferença entre usos e recursos desta conta é o excedente operacional ou o rendimento misto para o caso do setor famílias.

A partir do saldo da conta anterior, a conta de alocação da renda primária (I.2.1.2) indica como se deu a remuneração do capital sob a forma das rendas de propriedade. O saldo desta conta é a renda primária que em termos agregados corresponde à renda nacional, uma vez que contabiliza o pagamento e o recebimento das rendas advindas do exterior.

A conta de distribuição secundária da renda (I.2.2) possui esta denominação pois apresenta o segundo movimento de distribuição de renda. Esta conta tem como recurso a renda primária e como usos os pagamentos de impostos e contribuições sobre lucros e salários, transferências na forma de benefícios e outras transferências correntes. Seu saldo é, portanto, a renda disponível. A inclusão das transferências sociais em espécie forma a conta de redistribuição da renda em espécie (I.2.3), cujo saldo é a renda disponível ajustada.

A conta de uso da renda (I.3) apresenta o destino da renda retida pelas unidades institucionais, como o consumo final. A renda disponível é a fonte de recursos desta conta e seu saldo a poupança bruta.

As contas de acumulação (II) comportam a conta de capital (II.1), a conta financeira (II.2) e a conta de outras variações e reavaliação de ativos financeiros (II.3). A sequência das contas de acumulação inicia-se com a poupança bruta como recurso, seguindo com a FBC como uso, além de outras rubricas sobre ativos não financeiros e transferência de capital. O saldo desta conta apresenta a necessidade ou capacidade de financiamento e as variações de patrimônio líquido.

As contas de patrimônio mostram os valores de balanço de ativos e passivos dos setores institucionais no início e no fim do período contábil. Suas subcontas são a conta de patrimônio inicial (III.1), a conta de variação de patrimônio (III.2) e a conta de patrimônio final (III.3). Esta última conclui a sequência das CEI com o registro do patrimônio líquido no fechamento do período.

- **As Tabelas de Recursos e Usos**

As TRU são elaboradas a partir de um duplo ponto de vista, um considerando o mercado e outro o processo produtivo. O primeiro enfoque analisa a origem (oferta) e o destino (demanda) dos bens e serviços produzidos, enquanto o segundo analisa o que foi produzido e como se produziu, ou seja, a função de produção. Resultam desta estrutura os dois elementos fundamentais das TRU: as atividades e os produtos. Nas TRU as atividades encontram-se representadas nas colunas e os produtos nas linhas. O Quadro 1.5, a seguir, apresenta o modelo esquemático da TRU.

Quadro 1.5: Modelo esquemático da Tabela de Recursos e Usos

I - Tabela de recursos de bens e serviços		
$\frac{\text{Oferta}}{A}$	=	$\frac{\text{Produção das atividades}}{A1} + \frac{\text{Importação}}{A2}$
II - Tabela de usos de bens e serviços		
$\frac{\text{Oferta}}{A}$	=	$\frac{\text{Consumo intermediário}}{B1} + \frac{\text{Demanda final}}{B2}$
Componentes do valor adicionado		
C		

Fonte: IBGE (2008, p. 25).

A primeira parte da TRU, a tabela de recursos de bens e serviços apresenta a oferta global de produtos na economia (A), ou seja, o montante produzido internamente (A1) mais os bens e serviços que foram importados (A2) no período de referência. Nesta tabela a oferta total é apresentada a preços básicos e a preços de consumidor. Para a obtenção dos produtos a preços do consumidor, partindo dos preços básicos, efetua-se a soma das parcelas referentes a margens de comércio e de transporte além dos impostos líquidos sobre produtos e importação.

A segunda parte da TRU mostra a tabela de usos de bens e serviços, que informa o destino da oferta total de produtos da economia. Tal oferta pode ser destinada ao consumo intermediário das atividades econômicas (B1) ou à demanda final (B2) – consumo final,

investimento ou exportação. Conforme mencionado na seção 1.2.2, a valoração dos usos na economia é feita a preço de consumidor.

Pela tabela de usos de bens e serviços é possível deduzir o valor adicionado, subtraindo o consumo intermediário do valor da produção, para cada atividade e também obter a distribuição deste entre os fatores de produção trabalho e capital, os componentes do valor adicionado (C). Como informação complementar as TRU apresentam em sua última linha o fator trabalho utilizado por cada atividade econômica, podendo este ser representado pelo pessoal ocupado, pelas ocupações ou pelas horas trabalhadas.¹⁹

Por diversos motivos as informações detalhadas sobre o processo produtivo, com as funções de produção das atividades, são consideradas um instrumento efetivo para a melhoria da qualidade do SCN. Segundo o SNA-2008:

Supply and use tables are a powerful tool with which to compare and contrast data from various sources and improve the coherence of the economic information system. They permit an analysis of markets and industries and allow productivity to be studied at this level of disaggregation. When, as is usually the case, supply and use tables are built from establishment data, they provide a link to detailed economic statistics outside the scope of the SNA (UN, 2009, par. 14.3).

As contas de produção e de geração da renda, presentes nas CEI considerando os setores institucionais, reproduzem-se na TRU sob a perspectiva das atividades econômicas. Dessa forma, a análise conjunta dos resultados do SCN pelos recortes setor institucional e atividade econômica representa outro exemplo de como a apuração das contas nacionais exige que os dados sejam coerentes, o que também contribui para a qualidade de seus resultados.

A próxima seção apresenta a evolução do SCN do Brasil, descrevendo, entre outros acontecimentos, como este incremento de qualidade foi paulatinamente sendo incorporado ao sistema brasileiro desde meados do século passado até os dias atuais.

A evolução do SCN do Brasil

O livro “Renda Nacional”, de Antônio Dias Leite Júnior, de 1948²⁰, é considerado o primeiro trabalho realizado no Brasil sobre a temática das contas nacionais. Este trabalho foi elaborado para o concurso de docente livre na cadeira *Estatística, economia política e finanças*, da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). O objetivo do trabalho foi apresentar, em teoria, as contas nacionais modernas e as então recentes contribuições de autores destacados como Keynes e Stone, para seu desenvolvimento.

Preliminarmente, no Brasil, alguns pesquisadores trabalhavam com os restritos dados disponíveis para construir séries históricas com estatísticas econômicas, a fim de subsidiar suas análises sobre a economia brasileira.²¹ Como referências havia o Censo de 1920, o primeiro a fornecer informações sobre a produção agrícola e industrial no país, e alguns indicadores básicos, como as variações de volume de importação e exportação, de consumo de energia elétrica e de

¹⁹ Segundo o SNA-2008 a medida preferível para os cálculos de produtividade do fator trabalho é o indicador de horas trabalhadas (UN, 2009, par. 19.47).

²⁰ Leite Júnior (1948).

²¹ Com destaque para Celso Furtado, Annibal Villela e Wilson Suzigan. Para chamar a atenção, ao mesmo tempo, da necessidade e da precariedade das informações disponíveis à época, Furtado sentencia: “Aprendi desde cedo com meus professores da escola austríaca que os dados estatísticos são tão importantes que, não existindo, é indispensável inventá-los.” (IBGE, 2006a, p. 24).

volume de produção.²² Entretanto, dado o estágio embrionário das contas nacionais do Brasil à época, tais séries históricas não poderiam ser articuladas a um sistema de contas nacionais (Nunes, 1998, p. 155).

A passagem para um sistema que utilizasse os dados econômicos de forma mais articulada remonta a segunda metade dos anos 1940, a partir da FGV, com a composição da equipe técnica para a construção das Contas Nacionais do Brasil. Em 1949, os primeiros resultados deste projeto são divulgados pela FGV, por intermédio das estimativas da renda nacional líquida para o ano 1947. Em 1953, a instituição publica o produto nacional bruto e líquido relativos ao período de 1947 a 1952. Em 1956, sua equipe apresenta, a partir de uma nova metodologia, os resultados para o período de 1948 a 1955 no trabalho “Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento”, publicado na Revista Brasileira de Economia (FGV, 1956).

Neste trabalho, a FGV realizou os primeiros esforços para que a série de dados fosse compatível com a metodologia internacional proposta pela ONU no manual de 1953. O conjunto de informações reunia as estimativas de produto nacional bruto e líquido do Brasil, a renda nacional por unidade da federação e uma série histórica do índice de produto real. A articulação do sistema, refletida na identidade contábil básica entre produto, renda e despesa, passa então a ser incorporada à metodologia da FGV (FGV, 1956, p. 26). Nos anos 60, a FGV realizou uma nova revisão metodológica e atualizou a série correspondente ao período 1947-60, que ficou conhecida como Contas Consolidadas para a Nação (CCN).

A paralisação da coleta de estatísticas primárias pelo IBGE, devido à concentração de seus recursos para a realização do Censo em 1960, e as reformas econômicas e administrativas promovidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco (1964-1966), em que várias instituições provedoras de informações foram extintas ou reestruturadas, inviabilizaram, na prática, a produção de novas estimativas das Contas Nacionais do Brasil em quase toda a década de 1960 (Nunes, 1998, p. 156). O retorno à produção regular dos resultados das contas nacionais aconteceu somente em 1969, com a atualização da série a partir da disponibilidade dos dados censitários de 1960.

Em 1973, a FGV publicou a revisão das estimativas das CCN do período 1970-73, com a incorporação do Censo de 1970 e uma nova metodologia para a obtenção dos resultados. Embora a atualização do manual internacional, o SNA-68, já estivesse disponível, a metodologia adotada para a revisão de 1973 da FGV manteve a estrutura proposta pelo SNA-53 o que trouxe algumas limitações por conta do desenho do SCN. Como consequência, a apresentação dos resultados continuou sendo exclusivamente por setores institucionais, ainda que a inclusão da matriz de insumo-produto ao corpo central do sistema já fizesse parte das novas recomendações.²³

O acesso às novas recomendações internacionais e as possibilidades apresentadas a partir do Censo de 1970 motivou o IBGE, também em 1973, a iniciar o projeto de construção de matrizes de insumo-produto para a economia brasileira.²⁴ Em 1979 foram publicadas pelo instituto as matrizes de 1970 e 1975, sem que, entretanto, estivessem integradas aos resultados das contas nacionais produzidos pela FGV²⁵.

Esta falta de articulação entre os resultados produzidos pela FGV e pelo IBGE, fez com que o Brasil passasse, na prática, a dispor desde o final da década de 1970 de dois subsistemas de contas nacionais, um destacando o corte por setor institucional e outro o detalhe pelas

²² IBGE (1990, p.23)

²³ Nunes (1998, p. 157).

²⁴ Detalhes sobre a construção e os resultados das matrizes de insumo-produto para a economia brasileira encontram-se em Menezes (1992).

²⁵ Ramos (1996, p. 98).

atividades econômicas. Entretanto este dois subsistemas não eram coerentes entre si e, por isso, não conformavam um sistema de contas nacionais segundo a concepção da ONU. De acordo com Nunes (1998, p. 159):

Na verdade, as duas instituições adotavam, separadamente, a metodologia de construção da conta de Produção, por setor institucional (FGV) e por atividade econômica (IBGE) sugerida pelo SNA de 1968, mas os resultados não eram confrontados com vistas à produção de uma única estimativa do Produto e da Renda nacionais. Consequentemente, durante vários anos os pesquisadores tinham diante de si duas estimativas diferentes de PIB do Brasil, uma proveniente das contas nacionais oficiais (FGV), outra resultante da matriz insumo-produto (IBGE) (Nunes, 1998, p. 159).

O convívio com as duas estimativas de PIB na economia brasileira ocorreu até 1986 quando o IBGE assumiu oficialmente a função de elaborar o sistema de contas nacionais do país. Na ocasião houve a incorporação da equipe técnica das contas nacionais da FGV pelo IBGE, o que viabilizou a integração das duas formas de cálculo das contas nacionais em um único sistema, com a metodologia próxima ao SNA-68. Com a formação de um convênio de cooperação técnica entre o IBGE e seu congêneres francês, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), os técnicos das contas nacionais brasileiras se capacitaram não só para a implantação das recomendações do SNA-68, mas também, para a introdução de parte do conteúdo que, em elaboração, viria a ser apresentado pelo SNA-93 anos alguns anos depois.²⁶

Seguindo a nomenclatura do SNA-68, o sistema oriundo desta integração foi denominado Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC). Em termos estruturais não houve uma ruptura com o formato então divulgado pela FGV até 1986, mas revisões que permitiram a incorporação de aperfeiçoamentos metodológicos e de um maior detalhamento por intermédio da introdução de um conjunto de quadros complementares.²⁷

Pode-se dizer que, pela sua natureza, este sistema desempenhou um papel também como “preparatório” para o lançamento da metodologia e da série de dados baseadas nas recomendações do SNA-93 que viria a seguir.²⁸ Evidentemente o sistema trouxe também uma estimativa mais precisa do PIB e dos demais agregados pela coerência alcançada com a possibilidade de confronto das duas formas de cálculo – setores institucionais e atividades econômicas. O ano base do SCNC foi 1980 havendo, portanto, uma revisão da série de dados a partir daquela data. O último ano de referência desta série histórica foi 1995.

Conforme mencionado, a publicação da terceira versão do manual internacional de Contas Nacionais ocorreu em 1993. Como o IBGE já estava se preparando para adaptar o SCN àquelas recomendações, não tardou para que este fosse lançado sob um novo formato, tendo sido tornado público em 1997. Na ocasião houve a divulgação de uma nova série histórica, com base no ano de 1985, ano em que foram realizados, simultaneamente, os censos econômico e agropecuário. Este sistema foi então denominado de Novo Sistema de Contas Nacionais do Brasil (NSCN).

A versão do NSCN trouxe uma profunda alteração no sistema de contas brasileiro, com mudanças não só nas bases provedoras de dados, mas também em sua própria estrutura, que foi significativamente ampliada. Tal alteração levou à divulgação de uma série revisada para os anos de 1990 a 1997, que, como de praxe, substituiu oficialmente os dados obtidos pela metodologia

²⁶ IBGE (1990, p. 7).

²⁷ Por exemplo, quadros relativos ao PIB a preços correntes e constantes com valores totais e per capita, à composição da renda nacional disponível bruta e ao VAB por atividade econômica, entre outros (IBGE, 1990, p. 21).

²⁸ Segundo IBGE (1990, p. 13): “O Sistema de Contas Nacionais Consolidadas, após sua incorporação pelo IBGE, vem sendo revisto no sentido de se evoluir dos conceitos e definições do sistema anterior para o novo sistema.”

anterior para o período. O NSCN seguiu produzindo resultados anuais até o ano de referência de 2003 e estabeleceu, em grande medida, a estrutura do SCN do Brasil na forma como ele vigora até hoje²⁹.

A organização do NSCN foi formada por três grupos de contas: as tabelas de insumo-produto (posteriormente denominadas tabelas de recursos e usos), as contas não financeiras por setor institucional e a síntese da economia brasileira. Esta última, ainda realizada, tem como objetivo oferecer uma visão integrada da economia, “desde a produção, passando pelos mecanismos de distribuição e utilização da renda, até chegar à estimativa da formação de capital e suas formas de financiamento” (Nunes, 1998, p. 161).

No primeiro grupo de contas, as tabelas de insumo-produto, o objeto de investigação é a unidade de produção. O agrupamento das unidades produtivas é baseado em unidades locais homogêneas do ponto de vista do processo produtivo, definindo assim os setores de atividades. O nível de divulgação do NSCN apresentou uma classificação com 43 atividades³⁰ e 80 produtos. Sua apresentação considerava as contas de produção e de distribuição da renda.

Nas contas não financeiras, o segundo grupo de contas do sistema, o interesse aplica-se ao comportamento dos agentes econômicos. Neste caso, a unidade de investigação é a unidade institucional, que se caracteriza por sua autonomia de decisão e unicidade patrimonial. Conforme mencionado, o agrupamento das unidades institucionais de acordo com a similaridade de objetivos, funções e comportamentos econômicos formam os setores institucionais.

O NSCN apresentou os seguintes setores institucionais: i) empresas não-financeiras, separadas em empresas públicas e privadas; ii) instituições financeiras e companhias seguradoras; iii) administrações públicas, considerando separadamente as esferas de governo municipal, estadual e federal; e iv) famílias, incluindo microempresas, instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias e toda a atividade agrícola. As cinco contas deste conjunto de setores se referiam à produção, distribuição operacional da renda, apropriação da renda, uso da renda e conta de capital.

A etapa de realização da síntese da economia brasileira abrange o equilíbrio de cada uma das operações e dos agregados do SCN, obtidos pelas tabelas de insumo-produto. Este método introduzido com NSCN trouxe uma maior qualidade aos seus resultados, pois as contas dos agentes econômicos e das atividades econômicas passaram a ser analisadas de maneira integrada. Segundo a metodologia (IBGE, 2004, p.67):

O referencial central da análise é o valor adicionado, sendo utilizado como crítica o comportamento das relações entre o valor adicionado e o valor da produção (VA/VP) e entre os salários e o valor adicionado (SAL/VA). (...) O resultado dessa análise pode ratificar os valores sob exame ou levar à revisão dos dados, com o reinício do processo de análise crítica. O sistema só permite alterações nas tabelas de produção, consumo e demanda final. Assim, as modificações no valor adicionado de determinada atividade têm que vir, obrigatoriamente, associadas a alterações em produtos, no valor da produção e/ou no consumo intermediário. (IBGE, 2004, p. 67).

A evolução dos resultados nos anos correntes se deu por meio de uma série histórica da tabela de insumo-produto a preços correntes e constantes, a fim de permitir identificar as

²⁹ IBGE (2007).

³⁰ Sendo 42 atividades produtivas mais o *dummy* financeiro, uma atividade fictícia com produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos.

mudanças associadas às variações de preços e de volume, com base móvel. Dessa forma, a metodologia possibilitou a construção de tabelas anuais de recursos e usos que eram, em seguida, transformadas na conta de produção e de geração da renda das contas correntes do sistema de contas econômicas integradas.

Indiscutivelmente, pela sua grande atualização estrutural e metodológica, o NSCN representou um considerável avanço para as contas nacionais brasileiras colocando-as na vanguarda internacional, principalmente se comparada aos demais países em desenvolvimento. Entretanto, com o passar dos anos e o prolongamento da série com referência no distante ano de 1985, alguns agregados do SCN do Brasil foram perdendo representatividade. Tal fato ocorreu não só pela evolução e pelo dinamismo das economias que periodicamente têm sua estrutura produtiva alterada; mas principalmente, por conta do período de forte desestabilização monetária vivido no país, pois a alta inflação causou distorções nos índices de volume e de preço utilizados para a estimação dos resultados nos anos correntes.³¹ Este efeito prejudicial já era previsto pelo IBGE, como indica o fragmento do relatório metodológico IBGE (1990, p. 12):

As distorções causadas pela inflação e sua interpretação em Contabilidade Nacional tem sido alvo de preocupação crescente dos técnicos ligados a esta área, tanto a nível nacional como internacional. (...) No Brasil, este problema adquire dimensão maior tanto pelas altas taxas de inflação como pelo mecanismo de correção monetária (IBGE, 1990, p. 12).

Frente à necessidade de atualização da referência do sistema, que segundo a recomendação internacional deve ser realizada a cada dez anos, e também por conta das transformações ocorridas no sistema estatístico nacional, uma nova revisão das contas nacionais brasileiras foi planejada. Este processo de extrema complexidade durou aproximadamente sete anos até que em março de 2007 uma nova série de dados foi divulgada, tendo o ano de 2000 como base. A série atualmente vigente, que ficou conhecida como nova série referência 2000, é apresentada com maiores detalhes na seção seguinte.

A série atual do SCN – referência 2000 (série 2000)

A atualização de uma série estatística do SCN representa, em conformidade com as recomendações internacionais, uma oportunidade única para modernizar aspectos conceituais e metodológicos e para ampliar a descrição quantitativa por meio dos instrumentos do SCN. O documento Cepal (2007), elaborado para fornecer assistência técnica aos países que desejam implantar revisões em suas séries de contas nacionais (*cambio de base*), destaca a importância e a complexidade deste processo:

El cambio de base representa un momento decisivo en la modernización de las cuentas nacionales, ya que supone una "remodelación", similar a las remodelaciones institucionales o a la corrección de los procesos industriales. Su valor estratégico es elevado, ya que no atañe solamente a la elaboración exhaustiva de las cuentas de un año dado, sino que en la redefinición se debe también tener en cuenta cómo y cuándo suspender la vigencia de la serie en curso y, simultáneamente, reemplazarla por otra que conlleva una nueva visión del momento económico que vive el país (Cepal, 2007, p.12).

³¹ Barros *et alli* (2007) realizam uma comparação entre as bases da Pnad, da POF e do SCN no que tange aos rendimentos das famílias para o ano de 2003 e concluem que a série de 1985 do SCN subestimou consideravelmente tanto o pessoal ocupado quanto a renda do trabalho naquele ano. Hallak *et alli* (2008) mostram que a subestimação do fator trabalho, que se acentuou sobretudo nos anos finais da série, foi causada por problemas na evolução anual com indicadores em uma série tão longa e com períodos de alta inflação.

Ao contrário da mudança de série anterior, realizada em 1997, a reformulação introduzida em 2007 não foi motivada por uma significativa alteração na estrutura do SCN que permaneceu baseado nas CEI e nas TRU. Essencialmente, o objetivo do projeto foi substituir dados estruturais relativos à economia brasileira, utilizando o novo sistema de informações estatísticas disponível no país juntamente com a incorporação de alguns aperfeiçoamentos metodológicos e com a adoção de uma nova classificação de produtos e atividades compatível com a terceira revisão da classificação internacional, a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities, Rev.3* (Isic rev.3).

A principal alteração no sistema estatístico nacional se deu com a nova formulação das pesquisas estruturais do IBGE que passaram a substituir os censos econômicos, extintos em 1985. Um dos principais objetivos destas pesquisas anuais passou a ser justamente o de atender ao SCN, destacando as informações contábeis das empresas que são utilizadas para as estimativas da conta de produção.³²

O conjunto de pesquisas estruturais anuais do IBGE incluem as atividades econômicas relacionadas à indústria, construção civil, comércio e serviços e coletam informações no âmbito das unidades produtivas locais.³³ As empresas de maior porte, considerando o número de pessoas ocupadas, são investigadas anualmente de forma censitária e as de menor porte em caráter amostral.

Também com periodicidade anual, mas buscando informações domiciliares, tem-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que alimenta o sistema, sobretudo com dados relacionados ao emprego e à renda do trabalho. Outras bases como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa de Economia Informal Urbana (Ecinf) e os censos agropecuário e demográfico também contribuem com informações econômicas para o SCN.

À parte do IBGE, outras instituições fornecem dados anuais para a compilação das contas nacionais brasileiras, com destaque para a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), obtidas através da Secretaria da Receita Federal. Também figuram neste rol os balanços fornecidos pelas agências reguladoras e os dados de emprego e renda oriundos da Relação Anual de Informação Social (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.³⁴

Esta nova estrutura de dados disponível para a elaboração do SCN reforçou sua qualidade ao introduzir uma importante alteração metodológica no processo de trabalho até então adotado, que foi o fim da estimação dos resultados anuais por intermédio da extrapolação por índices de volume e preço. A reformulação do sistema estatístico nacional permitiu que fossem estabelecidos marcos estruturais anuais para os dados das contas nacionais, não só no ano base, mas também nos anos correntes. Segundo IBGE (2006c, p. 5):

A nova série do sistema de contas nacionais – SCN que o IBGE divulgou caracteriza-se pela amplitude das atualizações introduzidas, pois realiza a mudança entre um SCN que vinha sendo estimado através, basicamente, da extrapolação por índices de volume e preço para o novo sistema que é referenciado por fontes anuais que fornecem dados a preços correntes e, desta forma, estabelecem um marco que permite controlar a evolução das séries do SCN, evitando vieses característicos do uso de índices de volume e preço por períodos demasiado longos. IBGE (2006c, p. 5).

³² IBGE (2006b, p. 2).

³³ São elas: Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa da Indústria da Construção Civil (Paic), Pesquisa Anual de Comércio (PAC) e Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

³⁴ Uma lista completa sobre as fontes de dados do SCN encontra-se em IBGE (2006b).

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN com a revisão divulgada em 2007 refere-se à atualização de conceitos e definições que se adequam à evolução da metodologia internacional. Como exemplos, houve a reclassificação de alguns tributos como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que passou de imposto sobre a atividade para imposto sobre produto; a contabilização do número de ocupações em vez de pessoas ocupadas para a mensuração do fator trabalho; a modificação do índice de volume da administração pública; a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a eliminação da variável *dummy* financeiro com sua distribuição entre consumo final e intermediário e sua redistribuição por atividade econômica.³⁵

Especificamente em relação aos setores institucionais a série 2000 trouxe uma melhor delimitação do setor famílias, com a identificação e a desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) e a transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor empresas não financeiras. Dentre outras vantagens, esta separação possibilitou uma análise mais precisa da produção familiar de bens para o próprio uso e da produção informal.³⁶

Por conta dos avanços metodológicos, seja em relação à disponibilidade da base de dados, seja por causa das atualizações conceituais, a série 2000 representou um indiscutível ganho de qualidade para o SCN. Este ganho se observa tanto por causa da provisão aos usuários com uma base de dados mais ampla e com maiores possibilidades de aplicação, como também e, principalmente, pela divulgação de resultados mais consistentes com a realidade econômica do país.

Entretanto, embora tenha avançado sob o ponto de vista qualitativo e metodológico, para que o SCN brasileiro torne-se completo resta ainda mensurar o terceiro conjunto de contas, com as informações sobre o patrimônio da nação. Um primeiro passo neste sentido foi realizado no final de 2011, quando o IBGE apresentou os resultados referentes à conta financeira, integrando-os ao sistema de contas.³⁷

Em relação aos resultados, a série 2000 provocou modificações nos componentes do PIB em suas três óticas de mensuração. Pelo lado da produção, verificou-se uma redefinição do peso das atividades econômicas em relação ao PIB, em que cabe destacar o aumento no grupo serviços e as perdas relativas da agropecuária e da construção civil. Pela ótica da despesa, ressaltam-se a queda da formação bruta de capital fixo em proporção ao PIB e o aumento do consumo das famílias. Na conta da renda os impactos mais significativos foram o crescimento tanto em termos absolutos quanto relativos dos rendimentos associados ao trabalho e a consequente redução da parcela correspondente ao excedente operacional bruto.³⁸

Quando da introdução de uma nova série de contas nacionais, uma questão relevante é a integração com os resultados da série de anos anteriores. No caso da série 2000, a partir do ano base de referência foram estimados os resultados dos anos anteriores de 1999 a 1995, por meio da retroprojeção das TRU com índices de volume e preço registrados na série antiga.³⁹ Desta forma, manteve-se a série integrada para as 42 atividades produtivas da antiga classificação

³⁵ Para a relação completa das mudanças introduzidas nesta última revisão do sistema, ver IBGE (2008, p. 14).

³⁶ Um exemplo encontra-se em Hallak *et alli* (2012).

³⁷ Projeto em parceria com o Banco Central do Brasil (BCB) que contou também com a colaboração do Banco de Portugal e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Detalhes, ver IBGE (2011a).

³⁸ A comparação entre os resultados das séries nova e antiga de Contas Nacionais encontra-se na nota metodológica nº 24: Tabelas comparativas. IBGE (2008).

³⁹ Detalhes, ver IBGE (2006d).

desde 1995. Para os anos anteriores a 1995, admitiu-se que as TRU já estimadas representassem adequadamente a estrutura econômica da época.

Em virtude da disponibilidade das bases de dados para a construção das contas nacionais são divulgadas duas versões anuais do sistema. Uma versão anual simplificada obtida pela soma das contas trimestrais, dita preliminar; outra versão completa, dita definitiva.

A versão definitiva possui uma defasagem usual de dois anos em relação ao ano de referência, pois é este o intervalo necessário para a incorporação das pesquisas estruturais do IBGE e da DIPJ, cruciais para a estimação dos resultados da série 2000. Sua divulgação apresenta as TRU com 56 atividades econômicas e 110 produtos, a preços correntes e constantes do ano anterior, além dos conjuntos de contas correntes e de acumulação por setores institucionais, que formam o núcleo central de CEI do sistema. A versão preliminar possui uma defasagem de um trimestre em relação ao ano de referência e apresenta resultados pela ótica da produção e da despesa, e TRU em um nível agregado de classificação com 12 atividades.⁴⁰

Em 2012 a Diretoria de Pesquisas do IBGE iniciou o novo projeto visando à próxima mudança de série do SCN, cujo ano de referência será 2010. Dentre as inovações previstas estão a incorporação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, e das novas pesquisas de orçamento familiar (POF 2008/09) e de consumo intermediário (PCI-2011). Na oportunidade também será introduzida uma nova classificação de atividades e produtos conexas com a mais recente revisão da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e com a quarta revisão da ISIC.⁴¹ Algumas das novas recomendações sugeridas no SNA-2008 também serão incorporadas à nova série do SCN.

Sumariando esta seção, o Quadro 1.6 abaixo apresenta resumidamente a história do SCN no Brasil desde sua implantação pela FGV, em 1949, até o presente momento. São considerados os períodos de referência e de vigência das séries e o marco teórico ao qual o sistema foi baseado.

Quadro 1.6: As Contas Nacionais oficiais no Brasil – 1947/2012

período de vigência	instituição responsável	nome da série	ano base ou de referência	período de referência	período considerado oficial hoje	marco teórico
1949 a 1987	FGV	Contas Consolidadas para a Nação (CCN)	1947, 1956, 1960, 1970	1947 a 1989	1947 a 1979	SNA-53
1987 a 1997	IBGE	Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC)	1980	1980 a 1996	1980 a 1989	SNA-68
1997 a 2007	IBGE	Novo Sistema de Contas Nacionais (NSCN)	1985	1990 a 2003	1990 a 1995	SNA-93
2007 a 2012	IBGE	Série atual do SCN (série 2000)	2000	1995 a 2012*	1995 a 2012	SNA-93 e SNA-2008

* De 2000 a 2009 dados definitivos. 2010 a 2012 resultados obtidos pela versão preliminar (trimestral).

Fonte: Elaboração própria

⁴⁰ IBGE (2008, p: 15).

⁴¹ IBGE (2012).

Considerações finais

Este trabalho buscou resgatar a origem, os principais conceitos e o funcionamento do SCN, remontando os antecedentes para o cálculo da renda nacional. Para tanto, foram elencadas as principais contribuições que levaram os primeiros modelos econômicos, com base em dados estatísticos, a originarem o moderno SCN. As bases para a primeira versão do manual de Contas Nacionais publicado pela ONU, em 1947, foram fundamentadas por Meade e Stone a partir do quadro contábil com a representação da interdependência dos resultados econômicos, elaborada anos antes por Keynes. A disseminação do uso do manual por um grande grupo de países, a dinâmica inerente às economias e às sociedades e a necessidade contínua de incorporar aperfeiçoamentos diversos levaram a distintas revisões do manual, que foram publicadas em 1953, 1968, 1993 e 2008.

Em seguida o presente trabalho descreveu a lógica do circuito econômico, apresentando o conjunto integrado de contas macroeconômicas que formam o SCN e seus principais conceitos, operações e saldos que formam as TRU e as CEI, pilares da estrutura atual do sistema.

O desenvolvimento do SCN no Brasil se origina com a integração das informações estatísticas e econômicas ocorridas no final dos anos 1940, a partir da FGV, ocasião em que foram apresentados os primeiros resultados consolidados das contas nacionais brasileiras. Desde então o sistema seguiu em constante evolução assimilando e, ao mesmo tempo, contribuindo para o aprimoramento do arcabouço estatístico do país. Atualmente as contas nacionais brasileiras, publicadas pelo IBGE desde 1980, incorporam as principais recomendações internacionais, tanto em sua metodologia de cálculo quanto na forma de divulgação dos resultados. As revisões do sistema e as mudanças de série ocorrem periodicamente em consonância com as recomendações internacionais que visam captar as transformações da economia, absorvendo também, as mudanças no sistema estatístico do país.

Referências bibliográficas

BARROS, R. P. de; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas Contas Nacionais.** Texto para discussão, nº 1263. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

CEPAL. **Las cuentas nacionales: lineamientos conceptuales, metodológicos y prácticos.** Serie Manuales nº 54. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

EUROSTAT. **Essential SNA: Building the basics.** Methodologies & Working papers. Publications Office of the European Union. Luxembourg: Eurostat. 2010.

FEIJÓ, C.; RAMOS, R. **Contabilidade Social – A nova referência das Contas Nacionais do Brasil.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FGV. **Sistema de contas nacionais para o Brasil e estimativas de produto-renda e investimento.** Revista de Economia Brasileira, v. 10, n. 4. Rio de Janeiro: FGV, 1956.

HALLAK NETO, J.; RAMOS, R.; KOZOVITS, L.; PEREIRA, S. **Trabalho e rendimentos na nova série do sistema de contas nacionais.** Revista de Economia Contemporânea, v. 12, n. 3, p. 571-592. Rio de Janeiro: UFRJ, set./dez. 2008.

HALLAK NETO, J., NAMIR, K., KOZOVITS, L. R. **Setor e emprego informal no Brasil: Análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais - 2000/07.** Revista Economia e Sociedade, v.20, n. 1, p. 93-113. Campinas: UNICAMP, abr./2012.

HALLAK NETO, J. A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil (tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

IBGE. **Sistema de contas nacionais consolidadas: Brasil**. Série relatórios metodológicos, v. 8. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 1990.

IBGE. **Sistema de contas nacionais – Brasil**. Série relatórios metodológicos, v. 24. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2004.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Base de dados** (nota metodológica nº 3). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 10 de julho de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Apresentação da Nova Série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2000** (nota metodológica nº 1). Rio de Janeiro: IBGE, 2006c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 10 de julho de 2012.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais – Brasil – referência 2000. **Revisão da Série 1995-1999 – retropolação** (nota metodológica nº 22). Rio de Janeiro: IBGE, 2006d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default_SCN.shtm> Acesso em: 19 de dezembro de 2012.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais - Brasil 2000-2005** (comunicação social). Rio de Janeiro: IBGE, 21 de mar. de 2007, 2007a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=844> Acesso em 19 de dezembro de 2012.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil**. Séries Relatórios Metodológicos, v. 24, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Brasil - Conta Financeira e Conta de Patrimônio Financeiro: 2004-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

IBGE. **Projeto de revisão do sistema de contas nacionais pelo IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, set. 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Nota_mudanca_de_base_SCN_set2012.pdf> Acesso em 05 de dezembro de 2012.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ECONOMIQUES (INSEE). **Iniciacion a la Contabilidad Nacional** (apresentação de slides). Rio de Janeiro: INSEE; IBGE, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **Balance of Payments Manual – BPM5**. Washington: FMI, 2011.

KALDOR, N. **The white paper on national income and expenditure**. The Economic Journal, v. 51, Jun./Sep. 1941.

LEITE JÚNIOR, A. D. **Renda Nacional – Teoria** (tese de livre-docência). Rio de Janeiro: UFRJ, set. 1948.

LEONTIEF, W. **A economia do insumo-produto**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MENEZES, A. C. **Matrizes insumo-produto brasileiras: 1970, 1975 e 1980 - classificações compatíveis de atividades e produtos** (dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992.

NUNES, E. P. **Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil** (tese de doutorado). Campinas: Unicamp, mai. 1998.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social – uma introdução à macroeconomia**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAMOS, R. L. O. **Mudanças estruturais reais nas matrizes de insumo-produto: Brasil – 1980/85**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 1. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 1996.

STUDENSKY, P. **The income of nations – theory, measurement, and analysis: past and present**. Nova York: New York University Press, 1958.

UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts and Supporting Tables 2008 [SNA-53]**. New York: UN, 1953. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA1953.pdf>> Acesso em: 21 de julho de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **A System of National Accounts [SNA-68]**. New York: UN, 1968. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA1968.pdf>> Acesso em: 14 de julho de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 1993 [SNA-93]**. New York: UN, 1993. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1993sna.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **System of National Accounts 2008 [SNA-2008]**. New York: UN, 2009. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2012.

UNITED NATIONS (UN). **Historic Versions of the System of National Accounts**. New York: UN, 2012. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp>>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

VANOLI, A. **Une Histoire de la Comptabilité Nationale**. Paris: La Découverte, 2002.